

# *V i d á l i a*

Boletim dos Amigos dos Açores – Associação Ecológica

nº 30

•

2008



- O Mocho
- Cidadania Ambiental
- O Algar do Carvão (ou da Rua de Lisboa) e a II Grande Guerra
- Pensar como uma Montanha de Aldo Leopold: Hoje
- Ciência Viva

foto: Diogo Caetano

# Sumário

Editorial .....	3
O Mocho (Asio otus) .....	4
Cidadania Ambiental .....	7
O Algar do Carvão (ou da rua de Lisboa) e a II Grande Guerra (1939-1945) .....	10
Pensar como uma Montanha de Aldo Leopold: Hoje .....	14
Ciência Viva .....	17
Publicações e Materiais para Venda .....	18
Novos Sócios .....	19
A Terra que não queremos ...	20

www.amigosdosacores.pt.vu  
e-mail:  
amigosdosacores@gmail.com

Tel. 296 498 004  
Fax 296 498 006

## Órgãos sociais da Associação

### **Direcção** **Presidente**

Sérgio Diogo Caetano

### **Secretário**

Gilda Pontes

### **Tesoureiro**

Eduardo Santos

### **Vogais**

Eva Almeida Lima

Jorge Cardoso

### **Suplentes**

Lúcia Ventura

José Pedro Medeiros

## CONSELHO FISCAL

### **Presidente**

Emanuel Ponte

### **Secretário**

Arlinda Fonte

### **Vogal**

Norberto Carreiro

### **Suplentes**

Nuno Pimentel

Catarina Furtado

## ASSEMBLEIA GERAL

### **Presidente**

Teófilo Soares de Braga

### **Vice-Presidente**

Maria Manuela Livro

### **Secretário**

Mário Furtado

### **Suplentes**

Eduardo Almeida

José Melo

## Sede Social

Está instalada no edifício da Junta de Freguesia do Pico da Pedra, Avenida da Paz, 14. Ali se encontram todas as publicações editadas e uma biblioteca especializada na temática ambiental. Os interessados poderão visitá-la todos os dias úteis das 9h às 12h e das 13h às 17h. Aconselha-se a marcação da visita. Contacto: Carla Oliveira, Tel. 296 498 004

## Vidália

**Boletim dos Amigos dos Açores**  
– Associação Ecológica

**Distribuição gratuita**  
entre os sócios

Os artigos são da responsabilidade dos autores e não representam obrigatoriamente a posição oficial da Associação.

É permitida a reprodução e transcrição, desde que citada a fonte e o autor

## Apoio

**Secretaria Regional do**  
**Ambiente e do Mar**

**Execução Gráfica e Impressão**  
**EGA**  
**Empresa Gráfica Açoreana, Lda.**

Este segundo Vidália, editado em 2008, sai num contexto em que pela primeira vez, em vinte e quatro anos de vida associativa houve um esforço de renovação dos órgãos sociais dos Amigos dos Açores. Com efeito, na direcção actual apenas um elemento já exerceu funções executivas e cerca de 40% dos membros pela primeira vez fazem parte dos órgãos sociais da associação.

Com o número do Vidália que agora é publicado, continua-se a perseguir os objectivos traçados para o boletim que são: a publicação de artigos sobre a problemática do património natural e construído e a divulgação das actividades associativas junto do público e, em especial, dos associados.

Teófilo de Braga apresenta os dados de observações feitas ao Mocho no ano 1996 e no presente ano, em resposta ao apelo lançado pela associação em Julho de 2008.

Manuela Livro no seu trabalho fala-nos da

cidadania ambiental, chamando a atenção para a necessidade das pessoas participarem activamente no sistema político e social sem estar à espera de serem compensadas.

Desconhecida da grande maioria do público foi a intenção de utilizar a Gruta do Carvão para fins militares (armazenamento de materiais) ou abrigos para a população civil em caso de bombardeamento da cidade de Ponta Delgada e que neste Vidália é apresentada num texto da autoria de José Salgado Martins.

Teófilo Braga apresenta-nos um pequeno trabalho sobre ética ambiental, onde tenta mostrar que a Ética da Terra, proposta por Aldo Leopold, tem plena actualidade e que se o homem quiser ultrapassar a actual crise terá de adoptar uma nova ética na sua relação com os outros e com o planeta.

Miguel Fontes e Marisa Vieira no seu texto fazem o relato do que foi o projecto Geologia no Verão, que nos Açores teve como palco a Gruta do Carvão, em Ponta Delgada.

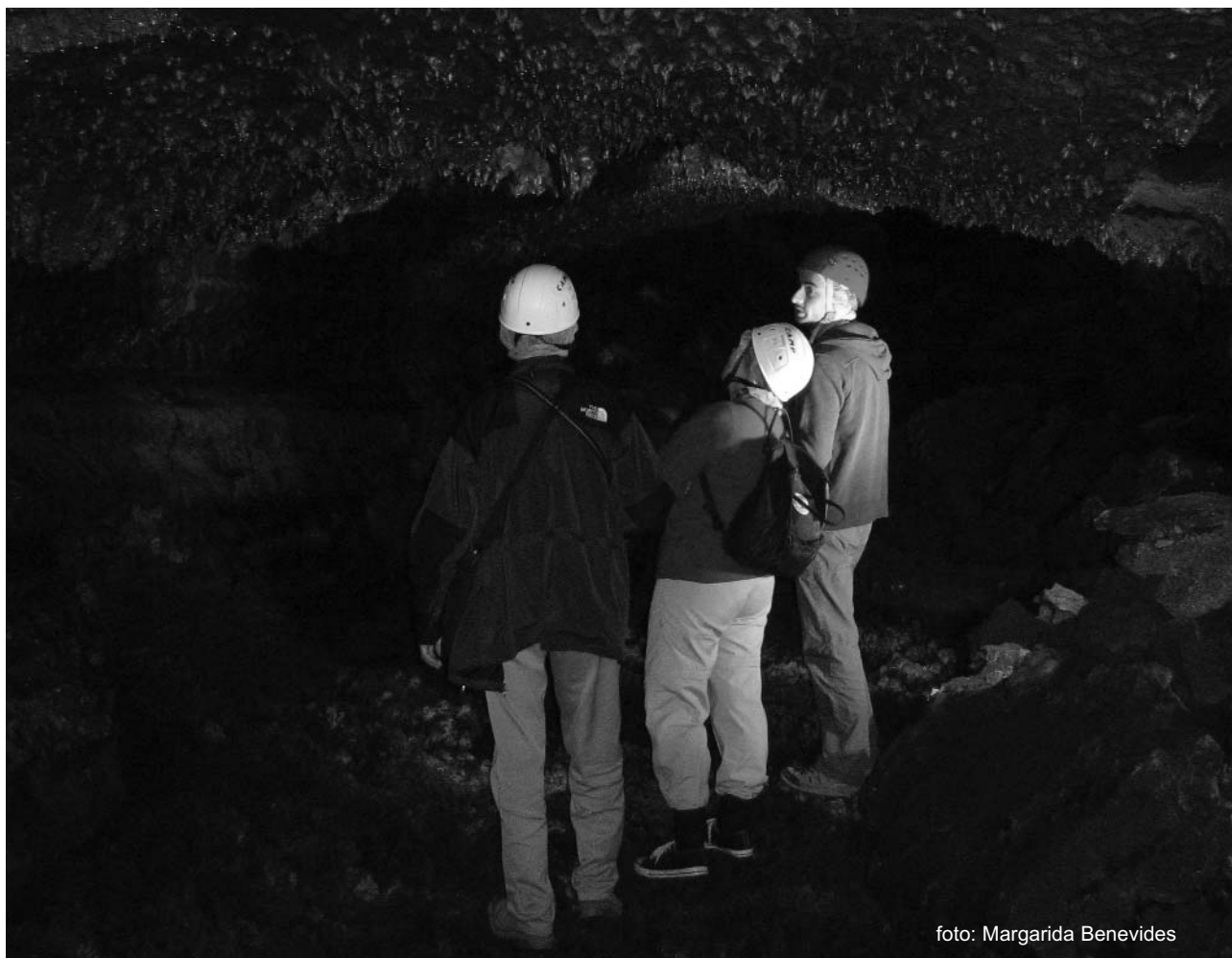


foto: Margarida Benevides



## O Mocho

O mocho (*Asio otus*), também conhecido em algumas localidades dos Açores como coruja e no continente português por bufo-pequeno, é uma ave de rapina nocturna, existente nos Açores, em todas as ilhas dos Grupos Central e Oriental.

De acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, editado em 2006, pelo Instituto da Conservação da Natureza e pela Editora Assírio & Alvim, “Nos Açores a espécie nunca foi alvo de estudos ou censos dirigidos e nesse sentido não existem dados sobre a sua abundância a nível regional ou tendência populacional”.

Através da consulta ao Portal da Biodiversidade dos Açores ([www.azoresbiportal.angra.uac.pt](http://www.azoresbiportal.angra.uac.pt)), desenvolvido no âmbito dos Projectos INTERREG III B “Atlântico” (2003-2005) e “BIONATURA” (2007-2008) cujos parceiros nos Açores foram respectivamente a Direcção Regional do Ambien-

te e do Mar e a Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma dos Açores – ARENA, verificamos que haviam poucos locais onde estava sinalizada a sua presença nas várias ilhas.

Em, resposta ao apelo feito no Portal, decidimos, por um lado, tornar públicas observações feitas no ano de 1996 pelos Amigos dos Açores e, por outro lado, apresentar os resultados do apelo “Mocho - Vamos Localizá-lo”, lançado na página Web dos Amigos dos Açores, em Julho de 2008.

Em 1996, no âmbito do Projecto “Rapinas dos Açores” que teve, entre outros, o objectivo de estudar alguns aspectos da biologia e ecologia das rapinas dos Açores, assim como dos habitats por elas utilizados, foram realizadas, especificamente para o mocho, saídas de campo, entre os meses de Abril e Junho, ao anoitecer, tendo-se obtido os resultados constantes da **Tabela 1**.

**Tabela 1- Observações realizadas em 1996**

Data	Local	Freguesia / Concelho	Nº de Exemplares	Tipo de “observação”
3 de Abril	Rua das Almas	Pico da Pedra - Ribeira Grande	2	Visual/Sonora
4 de Abril	Lomba	Pico da Pedra - Ribeira Grande	1	Visual
4 de Abril	Av. da Paz	Pico da Pedra - Ribeira Grande	1	Visual
14 de Abril	Capelas	Capelas - Ponta Delgada	1	Visual
14 de Abril	Av. da Paz	Pico da Pedra- Ribeira Grande	1	Visual/Sonora
27 de Abril	Canada das Faias	São Roque - Ponta Delgada	1	Sonora
27 de Abril	Escola Secundária Laranjeiras	São Pedro - Ponta Delgada	2	Visual/Sonora
27 de Abril	Jardim	Fajã de Baixo - Ponta Delgada	1	Visual
18 de Maio	Pico do Refúgio	Rabo de Peixe - Ribeira Grande	1	Visual
18 de Maio	(Não registado)	Rabo de Peixe - Ribeira Grande	1	Visual
1 de Junho	Pico Queimado	Santa Bárbara - Ribeira Grande	1	Visual
21 de Julho	Jardim António Borges	São José - Ponta Delgada	2	Sonora

Continua

Relativamente ao apelo lançado este ano, já nos responderam 13 pessoas, associados e não associados dos Amigos dos Açores, apresentando-se os resultados obtidos na Tabela 2.



foto: Arquivo dos Amigos dos Açores

## 2- Localizações referidas, em resposta ao apelo de 2008

Data	Local	Freguesia/Concelho
Maio de 2008 (e muitas vezes antes desta data)	Escola Secundária das Laranjeiras	São Pedro - Ponta Delgada
Não indicada (mas recente)	Perto da Escola Básica Integrada da Povoação	Povoação
Não indicada (mas recente)	Pedras da Lomba do Botão	Povoação
Todos os Anos	Quinta da Torre	Capelas - Ponta Delgada
Primavera de 2004	Baía de Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo
2007	Caminho da Levada	Ponta Delgada
Outubro de 2007	Casa- Centro de Acolhimento	Matriz - Ribeira Grande
Maio a Setembro de 2008	Aldeamento em frente ao Campo de Futebol da Ribeira Grande	Conceição - Ribeira Grande
Todos os anos	Casa Particular	Relva - Ponta Delgada
Maio- Junho de 2007 e de 1 a 6 de Agosto de 2008	Rua Capitão Manuel Cordeiro	Pico da Pedra - Ribeira Grande
Todos os anos	Praia das Milícias	São Roque - Ponta Delgada
Verão de 2007	Caldeira Seca	Furnas - Povoação
2 de Agosto de 2008	Casa Amarela (entre a R. Seca de V. Franca e Cerrado dos Bezerros)	Ribeira das Tainhas - Vila Franca do Campo
Todos os anos	Pastinhos	Fajã de Baixo - Ponta Delgada

Continua



foto: Gilberto Cardoso

Agradece-se a todas as pessoas que têm respondido ao apelo lançado pelos Amigos dos Açores, bem como ao coordenador do Projecto "Bionatura", responsável pela criação da Base de Dados referida, pelo acolhimento que deu a esta nossa iniciativa.

*Teófilo Braga*



foto: Arquivo dos Amigos dos Açores



foto: Arquivo dos Amigos dos Açores

*“Para termos uma melhor e mais estável democracia, cada vez mais temos que nos sentir e agir como cidadãos.”*

*Sofia Guedes Vaz, 2008*

Como Soromenho-Marques (1998) disse: “Nascemos seres humanos, mas aprendemos a ser habitantes da polis, a ser cidadãos.”

O nosso estilo de vida, sobretudo o estilo de vida ocidental, revela uma pegada ecológica profunda e que urge alterar. Exercer a cidadania é, hoje em dia, um acto exigente e complexo. Podemos dizer que é urgente uma nova cidadania e que todos, mulheres e homens, têm de estar preparados para enfrentar os desafios que cada vez mais lhes são colocados – desafios que nos colocam no fio da navalha, mas que nos traz novas oportunidades para exercermos uma cidadania responsável, investindo no desenvolvimento de competências, na aquisição de conhecimentos, mas sobretudo na educação para o activismo.

### 1. Cidadão e cidadania

Para Nauta (1992), a noção de cidadão divide-se em “bourgeois” e “citoyen”. O “bourgeois” representa uma cidadania económica que assenta em raízes capitalistas e que procura defender os seus próprios interesses. O “citoyen” representa uma cidadania política que assume responsabilidades tendo em vista o bem-estar da comunidade e assenta em raízes mais antigas (cidade-estado Ateniense).

A primeira vez que se fala de cidadania é em França (século XVIII) com Jean-Jacques Rousseau. Para Rousseau a vida colectiva potencializa as capacidades intelectuais do indivíduo alterando a sua forma de viver. Para além de uma consciência de si, os indivíduos têm de ter consciência das consequências dos seus actos em relação aos outros indivíduos e reconhecer a necessidade de convivência com os outros indivíduos.

Dean (2001) refere que a cidadania é, ao mesmo tempo, um status e uma prática.

Para Soromenho-Marques (1998) “A

**Continua** ➔



cidadania integra a constelação de problemas da vida política e comunitária” e isto significa que as questões do poder e da sua legitimidade fazem parte de uma cidadania responsável havendo a necessidade de identificar valores e tarefas consideradas comunitárias e colectivas, mas também a busca da justiça e da equidade e a organização de pessoas e instituições que não permitam o abuso do poder e a perda do referencial que é o interesse público.

Até agora as pessoas têm-se preocupado sobretudo com os seus direitos, o que é legítimo, mas chegou o momento de assumir também as suas responsabilidades como cidadãos que se querem participativos quer a nível político como a nível social.

## 2. Influência do ambiente no desenvolvimento da cidadania

No seu artigo, “Cidadania Verde”, Dean (2001) promove uma cidadania preocupada com o ambiente e refere como o ambiente tem uma grande influência no progresso da cidadania. Refere-se sobretudo à compreensão que temos dos nossos direitos perante os problemas ambientais e ao aumento da consciência global ligada à problemática ecológica que nos permite compreender e alargar o nosso conceito de cidadania.

**Se até agora se valorizou, sobretudo, os nossos direitos, agora, perante o carácter global de vários problemas ambientais, temos que assumir que temos mais responsabilidades do que direitos a esse nível.** O Cosmopolitismo, como tendência dentro da cidadania, “alarga os conceitos de democracia e direitos humanos a uma esfera internacional em substituição dos direitos territorialmente limitados do cidadão a nível do estado-nação” (Vaz, *in press*). O projecto cosmopolita privilegia a ética sobre a política o que para Vaz (*in press*) faz dele “um projecto essencialmente utópico.”, mas que “não deixa de ser positivo que nestas temáticas se pense sem limites.”.

Embora referindo-se a realidades diferentes, Dobson (2003) refere-se a cidadania ecológica e baseia a sua teoria no conceito de pegada ecológica considerando cidadão ecológico aquele que reduz a sua pegada, Dean (2001) reporta-se a uma cidadania verde combinando a justiça social com a sustentabilidade ecológi-

ca. Dean (2001) propõe uma ética de comprometimento comum que promova a distribuição justa dos recursos escassos e uma ética do cuidado a partir da qual seja possível negociar a solidariedade humana. Ambos têm como objectivo comum promover uma cidadania preocupada com o ambiente, mas Dean (2001) combina a justiça social com a sustentabilidade ecológica desenvolvendo uma ética de co-responsabilidade que colectivamente promova a distribuição justa de recursos escassos e uma ética de cuidado a partir da qual se consiga negociar o fundamental para a interdependência humana.

## 3. Cidadania ambiental

A consciência global alarga o potencial de cidadania e é um ambiente potenciador do associativismo e um reflexo da cidadania. Se todos vivessem como os portugueses precisaríamos de quatro planetas como a Terra para garantir a sustentabilidade e se nos referíssemos aos americanos seriam então necessários, não quatro, mas vinte planetas.

Em pleno século XXI, assiste-se ao emergir de novas competências que se reflectem numa atitude crítica perante o progresso histórico, numa postura exigente, por parte dos cidadãos, perante a técnica e a ciência, na percepção dos limites do estado e na recusa das utopias irresponsáveis.

A espinha dorsal de uma cidadania ambiental é a responsabilidade, não a justiça já que esta só entra quando o dano já está feito. Vaz (*in press*) afirma “que se aceitarmos que a natureza tem direitos, então as pessoas terão deveres tanto para com a natureza como para a sociedade.”

A nova aproximação a uma cidadania ambiental envolve atitudes e constante mudança de comportamentos. As quatro vertentes catalizadoras da mudança são: a **capacidade**, o estímulo, o **empenhamento** e o exemplo. Capacidade de remover barreiras, dar informações, providenciar facilidades, alternativas viáveis, capacidades e educar. Estímulo através de um verdadeiro sistema de exigência e de contributo pessoal. Empenhamento através da acção comunitária, do trabalho conjunto, de fóruns deliberativos e uso de redes de comunicação. Exemplo através de lideranças que servem de exemplo e alcançando consistência



nas políticas implementadas. (fonte: <http://www.sustainabledevelopment.gov.uk/wh at/priority/changing-behaviour.htm>)

Em suma, investir numa cidadania ambiental implica responsabilidade pró-activa, implica as pessoas estarem envolvidas, empenhadas em participar activamente e estarem preocupadas com a sua vida pública e política.

Uma cidadania responsável exige querer participar activamente no sistema político e social sem estar à espera de ser compensado.

### Referências bibliográficas:

Alho, J.M., 2004. Ambiente, Cidadania e Futuro. *Éticas e Políticas Ambientais*, 2004 pp277-284. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Dean, H. 2001. *Green Citizenship. Social*

*policy & Administration*. Volume 35. No 5, December 2001

Dobson, A. 2003. *Citizenship and the environment*. Oxford University Press

Nauta, L., 1992. *Changing conceptions of citizenship*. *Praxis International*. Volume 12, No1, April 1992, pp 20-34

Nisbet, R., 1982. Os filósofos sociais. Brasília: Universidade de Brasília,

Soromenho-Marques, V., 1998. O Futuro Frágil. Os desafios da crise global do ambiente, Mem Martins, Europa-América.

Vaz, S.G., Delfino, A., (*in press*). Manual de ética ambiental. Universidade Aberta

Julho de 2008

Maria Manuela Livro



foto: Sara Medeiros

## Gruta do Carvão

### O ALGAR DO CARVÃO (OU DA RUA DE LISBOA) E A II GRANDE GUERRA (1939-1945)

A privilegiada situação do arquipélago dos Açores no Atlântico Norte atribuiu-lhe, desde o século XV até aos nossos dias uma enorme importância nas áreas da geopolítica e da geoestratégia.

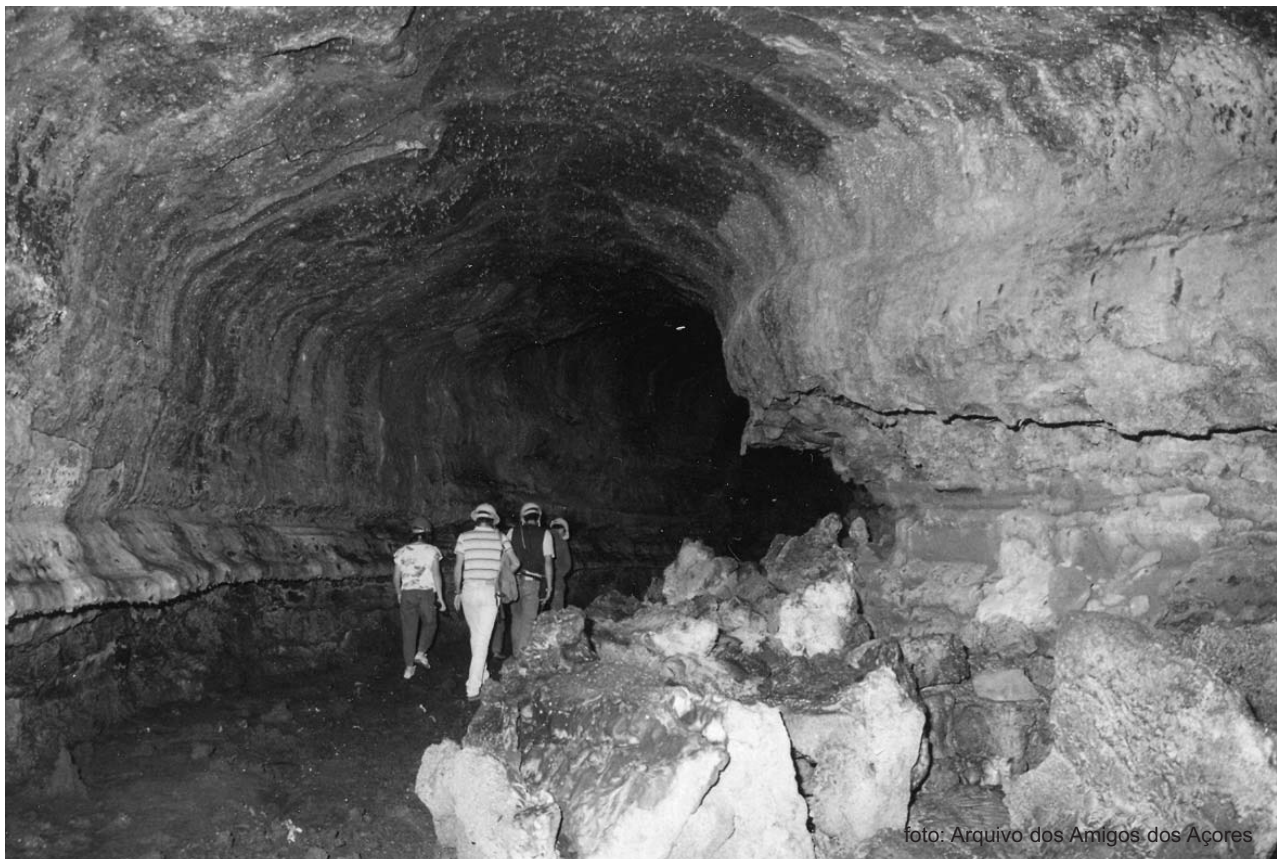


foto: Arquivo dos Amigos dos Açores

Se a sua posição geográfica por um lado, e as múltiplas conjunturas políticas e económicas por outro, condicionaram o processo histórico açoriano e atlântico, foi no entanto em situações de crise ou de guerra que os Açores desempenharam papéis de grande relevo.

Para comprovar esta afirmação será suficiente referir o importância dos Açores no apoio aos descobrimentos portugueses no século XV e já no século XVI como bases navais de abrigo às escoltas que comboiavam a navegação em trânsito do Oriente e das Américas espanholas e portuguesas contra os ataques dos “espoliados de Tordesilhas” (franceses, ingleses e holandeses). Já nos finais desta época foi palco de violentos confrontos entre

as forças espanholas que tentavam afirmar a hegemonia dos habsburgos e os interesses de D. António Prior do Crato, franceses e ingleses.

No século XIX foram utilizados por D. Pedro IV como plataforma para o financiamento, recrutamento e reorganização do exército liberal e base de partida para o Mindelo e assim relançar a consolidação do liberalis-

mo em Portugal. Entrando no século passado e durante a sangrenta I Grande Guerra (1914-1918), os norte-americanos instalaram-se em S. Miguel com pessoal, navios, aviões e artilharia afim de prevenir uma eventual ocupação do arquipélago por forças alemãs e contribuir para exorcizar a ameaça submarina germânica que tentava asfixiar o fluxo dos reforços vindos da América para os aflitos aliados.

Os problemas europeus mal resolvidos pelo conflito de 1914-1918 agudizaram-se na década de trinta do mesmo século, e apesar das tergiversações e medidas dilatórias dos

Continua

ingleses e franceses, os alemães em Setembro de 1939 invadem a Polónia dando assim início à II Grande Guerra (1939-1945). Perante a impreparação da França e da Inglaterra para a guerra, rapidamente a Alemanha ocupa a quase totalidade da Europa Central (incluindo a França) e obriga as forças britânicas a retirarem para a Inglaterra.

Portugal via com enorme preocupação as forças alemãs nos Pirinéus e a ameaça de concretização do Plano de Operações FÉLIX que visava essencialmente o controle de Gibraltar, facto que arrastaria fatalmente os países ibéricos para guerra e o interesse dos aliados pelos portos portugueses e o controle dos seus arquipélagos.

Mais uma vez “entalado” entre os interesses da potência continental (a Alemanha) e as potências marítimas (a Inglaterra e os Estados Unidos) dá início a um sinuoso, inteligente e perigoso jogo diplomático conduzido por Salazar, com a finalidade de garantir a sua neutralidade, ou, em última instância, ganhar tempo para melhor definição do evoluir da guerra e tomar decisões em conformidade.

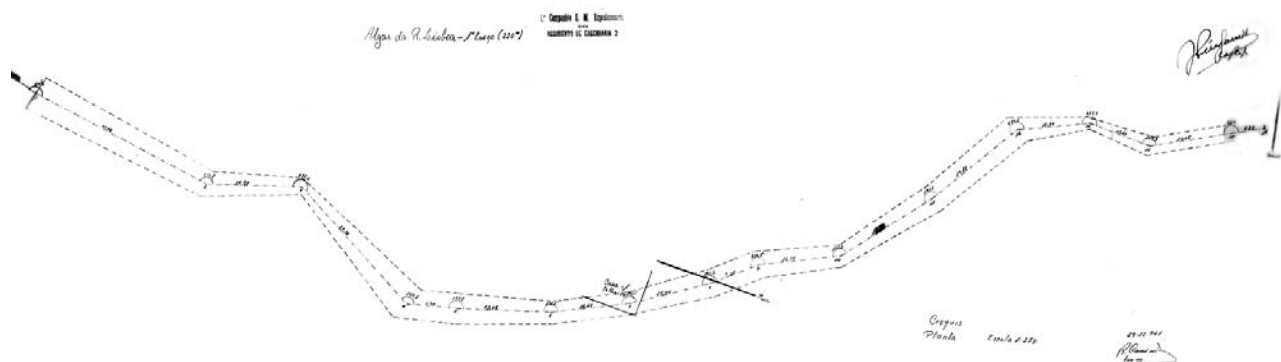
No prosseguimento desta política e também para garantir uma eventual transferência do governo português para os Açores no caso da ocupação do território continen-

tal por forças alemãs, ainda em 1939 dá-se início ao reforço do dispositivo militar dos Açores. Em 1941 este é constituído por 4 Quartéis-Generais, 5 Comandos de Regimento, 21 Batalhões de Infantaria, 25 Baterias de Artilharia, 10 Companhias de Engenharia, 3 esquadrilhas de Aviação e os necessários apoios de serviços e logísticos, num total de cerca de 32.000 efectivos.

Nesta época, a ameaça da aviação militar, consequência da sua evolução técnica, raio de acção e capacidade de destruição, passou a ser um factor a considerar na instalação de qualquer sistema de forças. Assim, contacta-se o desenvolvimento e instalação de sistemas anti-aéreos, a construção de um grande número de posições fortificadas e um especial cuidado com a camuflagem das instalações, dos equipamentos e do pessoal.

Desta necessidade da instalação, protecção e de dissimulação de pessoal e materiais chegamos à Gruta do Carvão à época referido como Algar do Carvão ou da Rua de Lisboa.

Esta gruta é o maior túnel lávico da ilha de S. Miguel e localiza-se na zona poente da cidade. Estão reconhecidos cerca de 1700 metros de comprimento divididos por 3 troços. Está classificada como Monumento Natural Regional desde 2005.



1 – “Croqui” da Planta do Algar do Carvão (cortesia do Museu Militar dos Açores).



Em 26 de Dezembro de 1941 o Capitão de Engenharia Vicente Cymbron do Estado Maior do Comando Militar dos Açores ordena à 1ª Companhia de Sapadores Mineiros (destacadas para os Açores pelo Regimento de Engenharia nº 2) e aquartelados nas Laranjeiras (Ponta Delgada) para de imediato dar início aos seguintes trabalhos na Gruta da Rua de Lisboa:

- “Saídas e possibilidades de as fazer”.
- “Determinação da espessura da camada cobridora”.
- “Possibilidades de compartimentação”.
- “Possibilidades de evitar grandes infiltrações de água”.
- “Possibilidades de regularização das partes mais baixas”.<sup>1</sup>

Este oficial engenheiro que era micaelense e que provavelmente já conhecia a Gruta ou no mínimo já deveria ter ouvido falar dela, mais determinava que os trabalhos solicitados fossem realizados tanto na direcção Norte como ao Sul da entrada, ou seja, que o reconhecimento abrangesse a maior extensão possível da Gruta. Acrescentava ainda que a Companhia deveria solicitar ao Comando da Engenharia os meios necessários para os trabalhos que lhe foram determinados.

O Adjunto da Companhia de Sapadores, Tenente Campos Cansado deu rápido cumprimento às ordens recebidas e em 31 de Dezem-

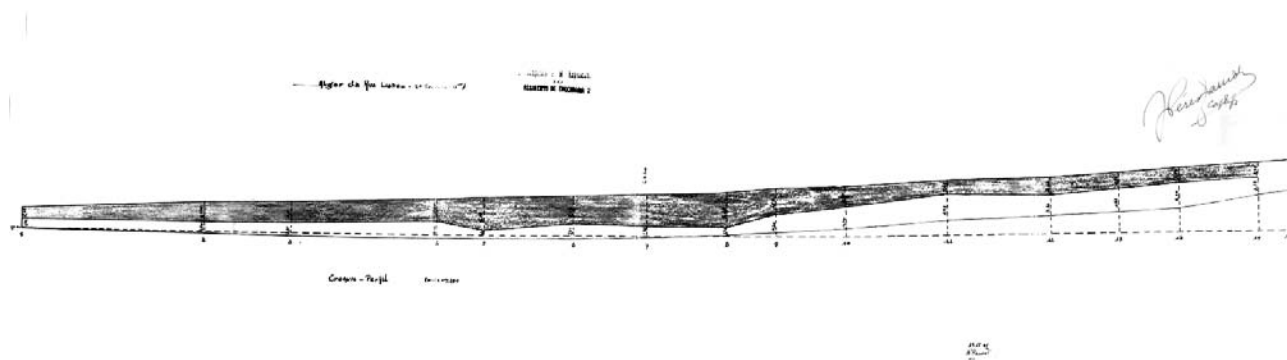
bro do mesmo ano elabora o seu relatório de reconhecimento, que em síntese afirmava o seguinte:

Que penetrando na Gruta pela entrada na Fábrica (tabaco) Micaelense começaram por explorar o seu ramo Sul, ou seja, na direcção do mar, numa extensão de 50 metros (parte aproveitável) constatando que tinha “fraco pé direito e o piso é mau e com muita lama”<sup>2</sup> pelo que concluía que este troço não teria aplicação prática.

Quanto à Gruta na direcção Norte começou por analisá-la segmentando-a em duas partes: a primeira com cerca de 220 metros, com acesso relativamente fácil. A segunda com cerca de 300 metros com acesso difícil, uma vez que o piso estava cheio de grandes pedras que dificultam os movimentos. Refere ainda que este segundo troço apenas é aproveitável em dois pontos e que no seu extremo está entaipado com terra e pedras e lá existia um descarregador duma sarjeta que ficava situada a Norte do Caminho do Ramalho a cerca de 15 metros da Rua do Carvão.

Foi elaborado o levantamento topográfico de 220 metros do troço Norte da Gruta, apresentado numa planta e um perfil na escala de 1:250.

Esclarece que devido à localização e orientação da Gruta seria fácil a execução de saídas, sugerindo a sua localização nos perfis



2 – “Croqui” do Perfil do Algar do Carvão (cortesia do Museu Militar dos Açores).

<sup>1</sup> Ordem à 1ª C.S.M. Expedicionária do R.E. nº 2 de 16 de Dezembro de 1941, Peça 147, Cx. 77, Arquivo do Museu Militar dos Açores.

<sup>2</sup> Reconhecimento do Algar da Rua de Lisboa, de 31 de Dezembro de 1941, Peça 147, Cx. 77, Arquivo do Museu Militar dos Açores.

9 e 15. A espessura da camada cobridora é pequena e está representada no perfil. Recomenda que se poderiam fazer dois compartimentos: o 1º no espaço compreendido entre os perfis 1 a 5 (60 metros) e o 2º entre os perfis 9 a 14 (100 metros).

Informava de que devido à porosidade do solo era quase impossível evitar grandes infiltrações das águas pluviais, situação que poderia ser minorada ou ultrapassada com a abertura de valas laterais de drenagem e a aplicação de coberturas artificiais por cima dos

materiais que não se pudessem olhar.

Afirmava que seria tecnicamente viável a regularização das partes mais baixas, mas não aconselhava estes trabalhos pois estas “funcionavam como fossem gigantes numa muralha e como tal devem dar solidez ao conjunto”<sup>3</sup>. Quanto ao arejamento não seriam necessários grandes cuidados, uma vez que o existente naturalmente seria o suficiente, preconizando no entanto a abertura de poços de ventilação de 50 em 50 metros.

Concluía o seu curto relatório opinando que devido às fendas existentes nas paredes e cobertura e à pequena espessura da camada protectora, a Gruta apresentava pouca segurança em caso de emergência. Poderia, no entanto, em caso de necessidade ser utilizado para armazenamento de materiais não deterioráveis com a humidade.

As fontes disponíveis dão-nos a indicação de que a ideia inicial de utilizar a Gruta da Rua de Lisboa para fins militares (armazenamento de materiais) ou abrigos para a população civil em caso do bombardeamento da cidade de Ponta Delgada, não teve qualquer seguimento prático.

No entanto, julga-se interessante o registo desta imaginativa ideia de integrar este notável “monumento” geológico no esforço de guerra para o qual o país se preparava, embora, felizmente, desnecessário por não termos participado num conflito do qual resultaram cerca de 50 milhões de mortos.

*Ponta Delgada, 04 de Agosto de 2008*

*José M. Salgado Martins*



foto: Arquivo dos Amigos dos Açores

<sup>3</sup> Ibidem

## Pensar como uma Montanha

PENSAR COMO UMA MONTANHA  
DE ALDO LEOPOLD: HOJE



foto: Diogo Caetano

Hoje, estamos a assistir a uma crise com características bem diferentes de todas as anteriores. De acordo com o Relatório “O Nosso Futuro Comum”, não estamos perante várias crises separadas, a do ambiente, a do desenvolvimento e a da energia, pelo contrário, todas elas são uma só. Almeida (2007) diz-nos que vivemos uma crise que pelas suas características é mais grave do que todas as que a antecederam, já que “a ameaça da extinção da própria espécie humana deixou de pertencer ao domínio da ficção” (p.15).

Não estando no âmbito deste texto enumerar as causas responsáveis pela crise multidimensional que assola o mundo, partilhamos a opinião de Lara (s/d) quando escreve o seguinte: “Ahi está creo yo el corazón de la crisis: en el desfase entre el desarrollo que hemos alcanzado en el campo de la ética y el logrado en el resto de los campos: economía, ciência, tecno-

logia...; entre los fines y los médios; entre los “cómo” y los “para qué” de nuestras decisiones.” (p.5).

Na procura de respostas para ultrapassar a situação em que nos encontramos, vários autores apontam a incapacidade ou insuficiência da ética tradicional para responder às questões levantadas pela actual crise, advogando a necessidade de o homem adoptar uma nova ética na sua relação com os outros e com o planeta.

Aldo Leopold (1887-1948), engenheiro florestal norte-americano, é um nome incontornável quando se fala de ética ambiental, sendo para Baird Callicott o verdadeiro fundador da mesma e para Dave Foreman o autor de *Pensar como uma Montanha* (tradução portuguesa de *A Sand County Almanac*), o “livro mais importante alguma vez escrito” (Almeida, 2007, p. 82).

Na primeira parte de “Pen-

Continua



sar como uma Montanha”, Aldo Leopold apresenta, mês após mês, um registo das suas observações (e reflexões a propósito do que via e das alterações que aconteciam) sobre a região onde passava os fins-de-semana com a família numa quinta que recuperou a que chamava A Choupana. Na segunda parte do livro, é-nos apresentado um conjunto de capítulos de índole mais filosófica “deste engenheiro dos bosques e das planícies, que soube ver mais fundo que a esmagadora maioria dos filósofos profissionais do seu tempo” (Soromenho-Marques, 2008, p.9).

Em todo o livro perpassa a ideia da grande importância do contacto com a natureza, para o homem poder viver em harmonia com a terra e com os outros homens. Os seguintes extractos, elucidam bem o atrás exposto:

“Há dois perigos espirituais em não possuir uma quinta. Um é o perigo de supor que o pequeno-almoço vem da mercearia, e o outro que o calor vem da caldeira.” (p.27)

“Choramos apenas aquilo que conhecemos. O desaparecimento do *Silphium* do oeste da circunscrição de Dane não é caso para luto se o conhecermos apenas como um nome num livro de botânica.” (p.63)

Outra das questões abordadas é a da educação e do ensino que, de acordo com Medeiros (2008, p. 18) para além “de ser uma tarefa de lucidez e um compromisso com a verdade”, tem de “desenvolver a interdisciplinaridade, no contexto escolar, e o diálogo interpessoal em todos os contextos educativos”. A propósito da educação e dos professores escreveu Leopold:

“A educação, é esse o meu receio, consiste em aprender a ver uma coisa tornando-nos cegos para outra” (p.152)

“Cada um deles [professores] selecciona um instrumento e passa a vida a separá-lo dos outros e a descrever-lhe as cordas e teclados... Um professor pode tanger as cordas do seu próprio instrumento, mas nunca as de um outro, e se conseguir ouvir a música nunca deverá admiti-lo junto dos seus pares ou dos seus alunos. Pois todos estão coibidos por um tabu férreo que decreta que a construção dos instrumentos é do domínio da ciência, ao passo que a detecção da harmonia é do domínio dos poetas”.(p.148)



Ainda relacionada com a educação e plenamente actual, bastaria dar-mo-nos ao trabalho de contabilizarmos qual a percentagem de docentes com formação em Biologia que são coordenadores das eco-escolas, é a seguinte afirmação de Leopold:

“Um dos requisitos para uma compreensão ecológica da terra é a compreensão da ecologia, o que de modo algum deriva directamente da “educação”...” A compreensão da ecologia não a encontramos necessariamente nos cursos que se intitulam de ecologia; é mais provável que a encontremos nos que se intitulam geografia, botânica, agronomia, história ou economia. E assim é que deve ser, mas, independentemente do rótulo, a formação ecológica continua a ser escassa”(p.206)

Há cerca de 60 anos, Aldo Leopold já considerava desequilibrado “um sistema de conservação da natureza baseado apenas no interesse económico próprio” porque tendia a “ignorar, e por isso eventualmente a eliminar numerosos elementos da comunidade da terra desprovidos de valor comercial,

Continua

mas que são (tanto quanto sabemos) essenciais para que ela funcione saudavelmente” (p.198) e acrescentava que as instituições de educação para a conservação não ensinavam nenhuma obrigação ética para com a terra. Como se pode ver, as palavras de Leopold ainda não perderam actualidade...

No mais conhecido e debatido texto de Pensar como uma Montanha intitulado A Ética da Terra, Leopold, depois de referir que “a relação com a terra é ainda estritamente económica, implicando privilégios mas não obrigações” (p.189) fala-nos da inexistência de uma ética que considere a relação do homem com a terra, afirma que “a ética da terra apenas alarga os limites da comunidade de forma a incluir nela os solos, as águas, as plantas e ou os animais, ou, colectivamente: a terra” (p.190)

Com a ética da terra, não é impedida a alteração e gestão do solo, das águas, das comunidades vegetais ou dos animais mas é alterada a postura do homem que deixa de ser conquistador e passa a ser membro de uma comunidade alargada.

No texto que vimos referindo, Leopold apresenta três ideias essenciais associadas a uma concepção de terra como fonte de energia:

1 - a terra não é apenas o solo;

2 - as plantas e os animais nativos mantêm um circuito energético aberto; isso não se passa necessariamente com os animais e plantas introduzidos;

3 - as modificações provocadas pelo homem diferem por natureza das alterações devidas à evolução, e os seus efeitos ultrapassam de longe as intenções, ou mesmo a imaginação, de que as provoca.

Decorrente da nova posição ou postura do homem, Leopold apresenta uma regra de ouro: “Uma coisa é certa quando tende para preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. É errada quando tende no sentido oposto” (p.206). Esta regra de ouro, segundo Vaz e Delfino (in press) dá-nos “a dimensão natural da sua proposta de ética, que deverá operar como todas as éticas: aprovação social de acções certas e desaprovação social de acções erradas”.

Por último, fazia minhas as palavras de

Soromenho-Marques (2008) quando afirma que faz parte da ética da terra tudo o que ainda hoje estamos a aprender quando se pretende que o conceito de desenvolvimento sustentável seja mais do que mera retórica e reafirmava, pela pertinência e actualidade, o que Leopold escreveu, referindo-se à dificuldade de aceitação pela sociedade de uma ética da terra: o mais sério obstáculo que retarda a evolução de uma ética da terra é talvez o facto de que o nosso sistema educativo e económico, em vez de se aproximar dela, volta as costas a uma consciência intensa da terra” (p.205)

Teófilo Braga

## BIBLIOGRAFIA

Almeida, A. (2007). Educação Ambiental – *A importância da dimensão ética*. Lisboa: Livros Horizonte.

Lara, R. (s/d). La Educación Ambiental, Hoy. (Documento não publicado)

Leopold, A. (2008). *Pensar como uma montanha*. Porto: Edições Sempre em Pé.

Medeiros, E. (2008). *Pensar como uma montanha: um caminho de educação e ética ambiental*. Ribeira Grande: Amigos dos Açores.

Soromenho- Marques, V. (2008). Introdução. In Leopold, A., *Pensar como uma montanha*, Porto: Edições Sempre em Pé.

Vaz, S.G., Delfino, A., (in press). Manual de ética ambiental. Universidade Aberta.



foto: Diogo Caetano

### Ciência Viva no Verão 2008

Uma vez mais, os Amigos dos Açores participaram no programa Ciência Viva no Verão, através de visitas guiadas à Gruta do Carvão – Troço do Paim.

Ciência Viva no Verão é um programa desenvolvido pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica em colaboração com diversas associações e instituições, com o objectivo de aproximar a ciência ao público em geral, proporcionando actividades sem custos para quem queira participar, relacionadas com Geologia, Biologia, Astronomia, Engenharia e Faróis.

A única acção do género realizada na Região foi desenvolvida pelos Amigos dos Açores – Associação Ecológica e inseriu-se no sub-programa Geologia no Verão, sob a designação de “Viagem ao interior da ilha de São Miguel”. Com início a 21 de Julho e termo a 15 de Setembro, as actividades tiveram lugar às segundas-feiras e contaram com uma participação total de 203 visitantes, provenientes maioritariamente do arquipélago, e com uma média de idades a rondar os 25 anos.

Ao longo das visitas a reacção por parte

de quem nos visitava foi muito positiva, sendo notória a satisfação dos participantes que na sua grande maioria desconhecia a existência deste local.

Para os guias responsáveis pelo acompanhamento das visitas, esta foi sem dúvida uma experiência enriquecedora, uma vez que permitiu o contacto com visitantes pertencentes a uma camada mais jovem, e com grande interesse na área científica e ambiental

Ao longo do projecto foi constatado um grande interesse, por parte de quem nos visitou, pelo património natural existente no arquipélago e pelas questões relacionadas com a problemática ambiental o que levou a uma grande procura do material publicado e disponibilizado pela associação.

Numa apreciação global, podemos afirmar que a iniciativa Ciência Viva no Verão 2008 revelou-se um sucesso, uma vez que permitiu a aproximação e a divulgação da riqueza natural existente nesta formação geológica, invocando a importância da sua preservação. É através da promoção deste tipo de acções que se torna possível o despertar do interesse do público pela ciência no geral, e pelo património natural em particular.

*Miguel Fontes e Marisa Vieira*

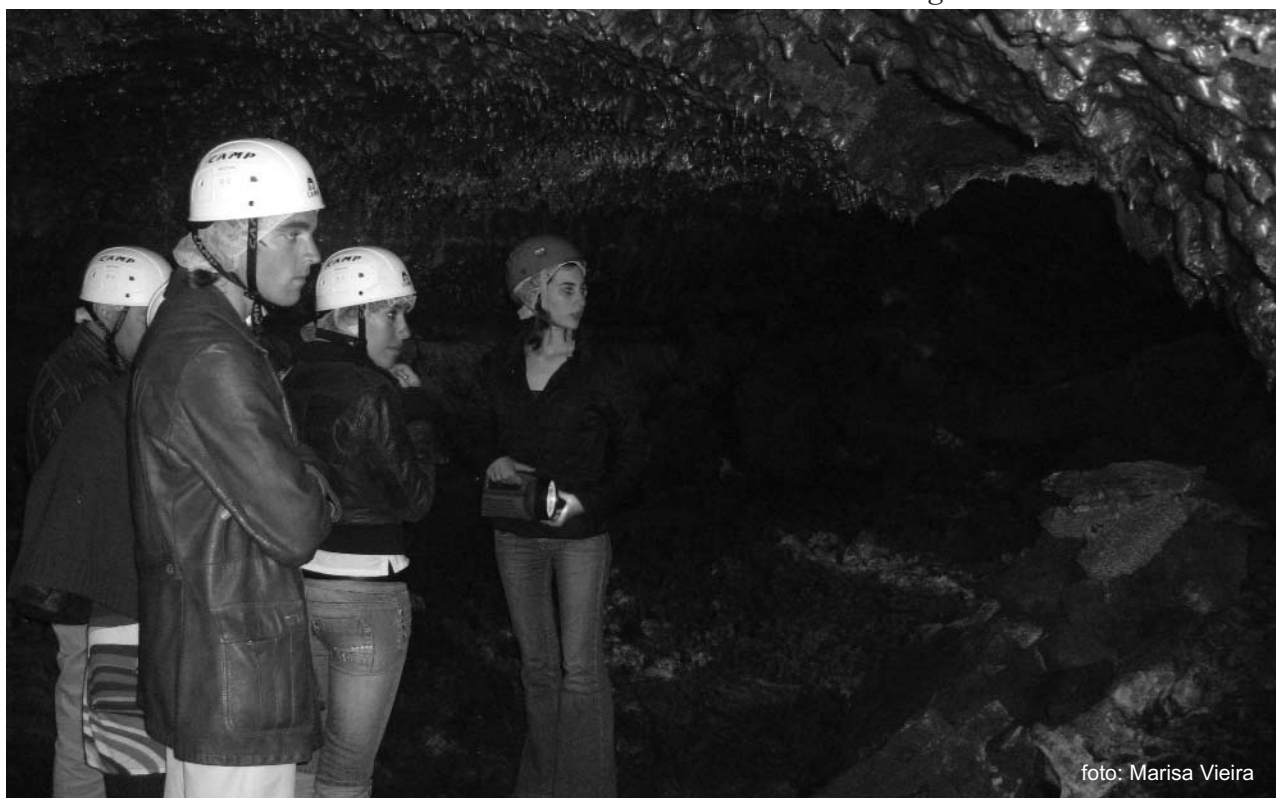


foto: Marisa Vieira



## Publicações e Materiais para Venda

LIVROS	Associados	Não Assoc.	Nº	Valor
Borboletas Nocturnas dos Açores	Grátis	2,50 €		
Cavidades Vulcânicas dos Açores	Grátis	2,50 €		
Lagoas e Lagoeiros de São Miguel	7,50 €	12,50 €		
Orientação	Grátis	1,00 €		
Paisagens Vulcânicas dos Açores	5,00 €	8,00 €		
Pedestrianismo e Percursos Pedestres	3,00 €	6,00 €		
Percursos Pedestres em São Miguel	Grátis	5,00 €		
Plantas dos Açores	Grátis	5,00 €		
Plantas Usadas na Medicina Popular	Grátis	5,00 €		
<b>BROCHURAS</b>				
Percorso Pedestre Algarvia – Pico da Vara	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre Caldeiras da R. G. – Pico Vermelho	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre Caldeirinhas – Pico da Esperança – Fajã do Ouvidor	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre da Caloura	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre da Ponta da Madrugada	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre da Serra Devassa	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre das Furnas	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre das Sete Cidades	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre do Pico da Vela	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre do Sanguinho	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre Pico da Urze – Fajã de Santo Cristo – Fajã dos Cubres	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre Ponta Garça – Ribeira Quente	Grátis	1,50 €		
Percorso Pedestre Praia – Lagoa do Fogo	Grátis	1,50 €		
<b>OUTROS MATERIAIS</b>				
Bonés "Amigos dos Açores"	2,00 €	3,00 €		
Casacos para Protecção da Chuva	10,00 €	11,00 €		
Sweat-Shirt "Amigos dos Açores"	12,00 €	13,00 €		
T-Shirt "Amigos dos Açores"	5,00 €	6,00 €		
T-Shirt "Golfinhos"	4,00 €	5,00 €		
T-Shirt "Salvemos o Pombo Torcaz"	3,00 €	4,00 €		

### Formulário de Encomenda

Por favor envie as quantidades acima assinaladas para o endereço:

Nome

Rua e nº

Código Postal

**Nota: todos os pedidos deverão ser acompanhados do respectivo pagamento em cheque ou vale postal. Para o estrangeiro ao valor total deverá acrescentado 2 €**

**AMIGOS DOS AÇORES- Avenida da Paz,14 9600-053 PICO DA PEDRA**  
**Telefones - 296 498 004 Fax - 296 498 006 E-mail - amigosdosacores@gmail.com**

## Novos Sócios

Os **AMIGOS DOS AÇORES** são uma associação regional de defesa do ambiente, independente do poder político-económico e apartidária, que vem, desde 1984, trabalhando ininterruptamente a favor da conservação da maior riqueza dos Açores: o seu património natural.

No entanto, uma associação como esta, para desempenhar ainda melhor o seu papel, tem de continuar a aumentar a sua principal base de apoio: os seus associados.

Porque é fundamental contribuir para a garantia da existência de uma voz independente e firme na defesa do ambiente nos Açores, vimos convidá-lo(a) a aderir aos Amigos dos Açores, para tal basta preencher a ficha que junto enviamos e devolvê-la para:

**AMIGOS DOS AÇORES**  
**Avenida da Paz, 14**  
**9600-053 PICO DA PEDRA**

## BOLETIM DE INSCRIÇÃO

SÓCIO N.º \_\_\_\_\_ Quota anual (mínimo 10 €) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ € Donativo anual \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ €  
(quota anual + donativo)  
NOME \_\_\_\_\_  
MORADA \_\_\_\_\_  
LOCALIDADE \_\_\_\_\_ CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_  
TELEFONE \_\_\_\_\_ E-MAIL \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
N.º DO B. IDENTIDADE \_\_\_\_\_ N.º DE CONTRIBUINTE \_\_\_\_\_  
TIPO DE COLABORAÇÃO \_\_\_\_\_  
PARTICIPAÇÃO NOS PASSEIOS PEDESTRES: SIM \_\_\_\_\_ NÃO \_\_\_\_\_  
DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ASSINATURA \_\_\_\_\_

• A associação passará recibo dos donativos, os quais poderão ser deduzidos à colecta do ano para efeitos de IRS ou IRC.

AO BANCO \_\_\_\_\_  
Agência de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Exmos.Senhores,

Por débito na minha conta com o NIB \_\_\_\_\_ nesse Banco, solicito que transfiram para crédito da conta dos **AMIGOS DOS AÇORES** com o NIB 001200009399438830116 (Agência de Ponta Delgada do **BANCO COMERCIAL DOS AÇORES**), a importância de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ €, no primeiro dia útil de \_\_\_\_\_ de cada ano, até instruções minhas em contrário. Agradeço ainda que, ao efectuarem as transferências, indiquem sempre o nome completo e morada do ordenante. Esta ordem anula todas as eventuais anteriores.

De V.Exas.  
Muito Atentamente

\_\_\_\_\_  
(nome completo)

\_\_\_\_\_  
(assinatura idêntica à existente no Banco)



# A TERRA QUE NÃO QUEREMOS



foto: Diogo Gaetano